



documento

Relato sobre o IV Seminário Povos Indígenas e Sustentabilidade

Report on the 4th Seminar of Indigenous Peoples and Sustainability

Adir Casaro Nascimento*
Antonio Jaco Brand**
Nádia Heusi Silveira***
Neimar Machado de Sousa****

A quarta edição do Seminário Povos Indígenas e Sustentabilidade foi promovida pelo Projeto Rede de Saberes – uma parceria entre a Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), cuja agenda é voltada para ações de apoio aos acadêmicos indígenas – e pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas (NEPPI/UCDB). Essa edição do evento, cujo tema proposto foi “Saberes Tradicionais e Formação Acadêmica”, contou com a participação de estudantes, professores e pesquisadores de Mato Grosso do Sul, de outros estados brasileiros e de alguns países da América do Sul, como Colômbia, Peru e Paraguai.

Durante os dias em que os acadêmicos estavam reunidos para discutir a formação em relação aos saberes tradicionais, em agosto de 2011, ocorria mais um episódio de violência contra os Kaiowá e Guarani no estado. O fato teve lugar em Jaguapiré, no município de Tacuru. A plenária decidiu por unanimidade redigir e publicar uma moção de repúdio a essa situação, então assinada pelos participantes do Seminário.

Ao final do evento, de trocas entre acadêmicos indígenas e professores/pesquisadores que têm acompanhado a crescente participação dos indígenas em espaços acadêmicos, as impressões eram semelhantes: as questões práticas e epistemológicas levantadas pelos estudantes indígenas são novas e instigantes. Para quem vem acompanhando esses seminários desde o princípio, ficou evidente uma mudança de perspectiva

* Coordenadora da Linha de Pesquisa Diversidade Cultural e Educação Indígena do Programa de Pós-Graduação em Educação/UCDB - Mestrado e Doutorado. E-mail: adir@ucdb.br

** Professor dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local e Mestrado e Doutorado em Educação da UCDB, e coordenador do Projeto Rede de Saberes, um projeto de apoio aos acadêmicos indígenas, desenvolvido em parceria com a UEMS, UFMS e UFGD. E-mail: brand@ucdb.br

*** Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas - NEPPI/UCDB. E-mail: nheusi@yahoo.com.br

**** Professor da linha 3, Diversidade Cultural e Educação Indígena, no Programa de Pós-Graduação em Educação Mestrado e Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco, membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas/UCDB. E-mail: neimar@ucdb.br

e de expectativas entre os indígenas, fruto de reflexões que vão se somando nesse processo.

Embora os debates tenham se dado em diferentes níveis entre os participantes, registramos as avaliações que surgiram na plenária final, de ordem geral, associadas à relação entre saberes tradicionais¹ e a formação acadêmica nas escolas e na universidade. Ressaltou-se, várias vezes, a necessidade de dar continuidade a essas discussões. A disposição em que os temas aparecem, a seguir, é a mesma ocorrida na plenária e não corresponde a uma relevância maior ou menor dos tópicos abordados.

1 INCLUSÃO DIGITAL E NOVAS TECNOLOGIAS

- O tema surgiu a partir de uma experiência na TI Caarapó, MS, com algumas discussões sobre como colocar em prática a inclusão digital. Criou-se uma Associação de Realizadores Indígenas de Vídeo-Documentários, a partir de um Fórum chamado FIDA. A preocupação desse grupo é amadurecer estratégias que permitam utilizar as novas tecnologias em suas demandas cotidianas, para se fortalecer, mostrando o dia a dia nas comunidades indígenas e, ao mesmo tempo, tornando a produção audiovisual um modo de reflexão. O desafio tem sido encontrar parcerias e financiamento para desenvolver essa proposta.
- Um ponto levantado foi a baixa cobertura do programa de inclusão digital do governo federal, que não chegou a muitas Terras Indígenas no território brasileiro, particularmente em Roraima.
- Outro exemplo de inclusão digital em curso em Mato Grosso do Sul é a proposta de criação de telecentros em aldeias indígenas, apoiado pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

2 ESCOLAS INDÍGENAS

- Sobre as escolas indígenas, levantou-se que, em geral, é preciso ter mais clareza sobre o que seria “diferenciar” estas das demais escolas. Tem a ver com estrutura física e administrativa, com práticas pedagógicas e construção de processos próprios de aprendizagem. Atualmente, uma dificuldade para colocar em prática propostas de escolas diferenciadas tem sido a relação com os gestores do ensino público municipal, vinculados às políticas partidárias.

¹ A expressão “tradicional” geralmente carrega a noção de algo fixo que se transmite entre gerações, vinculada a um conceito de cultura em desuso na antropologia. No entanto, aqui, tradição não se refere a isto, mas adjetiva saberes específicos e particulares a determinados povos, em contraponto aos saberes universais transmitidos nas instituições de ensino.

- Por outro lado, reconheceu-se que a legislação brasileira é aberta e incentivadora a mudanças. As grades curriculares não estão sendo rompidas de forma universal, mas vão se quebrando com as experiências instituídas. Falta reconhecimento dessas experiências que estão dando certo. É preciso reinventar a escola. Historicamente, ela é um meio de impor ideologias e roubar subjetividades. Sistemas abertos de educação podem acontecer e exigem que os professores trabalhem juntos, a partir de temas de pesquisa – com tempos e espaços diferenciados – e não de disciplinas pré-estabelecidas. Portanto o ponto a avançar é a articulação entre ensino e pesquisa nas escolas. A pior coisa em uma proposta de educação diferenciada é partir de um conteúdo pronto.

3 SUSTENTABILIDADE

- A sustentabilidade entre os professores kaiowá e guarani tem sido pensada como “a permanência no seu modo de ser”, o que implica um exercício de autonomia. O que vem de fora para dentro não se sustenta. Muitos projetos desenvolvidos nas aldeias parecem não ter resultado, quando na verdade alguma mudança sempre acontece. Os professores indígenas percebem que é preciso deixar de analisar sua própria realidade com a visão do exterior para poder enxergar essa linha de continuidade nas ações em que a população local está envolvida.
- Um paradoxo da formação universitária para indígenas é que ela reproduz uma ideologia atrelada à lógica de acumulação capitalista (que se opõe radicalmente às raízes dos saberes tradicionais), a qual é responsável pela diminuição dos recursos ambientais e de terras associados aos problemas sociais que os povos indígenas vivenciam no Brasil.

4 METODOLOGIAS DE PESQUISA

- Os estudantes indígenas na universidade debatem os modelos da metodologia científica, nas ciências biológicas, diante da lógica do conhecimento indígena. O diálogo entre os saberes parece provocar uma distorção na metodologia de pesquisa ou impedir que alguns conhecimentos tradicionais sejam explorados, por exemplo, quando as definições estritas não se equivalem ou as taxonomias são distintas. Além disso, o conhecimento tradicional indígena é construído coletivamente, ao contrário do que normalmente se propõe aos estudantes nas universidades.

5 RELAÇÃO ENTRE OS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS E A FORMAÇÃO ACADÊMICA

- Devido à complexidade da questão, avaliou-se que há muito a debater sobre a relação entre modos de conhecimento distintos. Nesse sentido, o Seminário foi apenas um começo. Alguns pesquisadores de áreas específicas expressaram seu desconhecimento dessa discussão e reconheceram sua importância no contexto atual, sugerindo a criação de novas linhas de pesquisa que contemplem o tema, não só nas ciências humanas, como também nas demais áreas de conhecimento.

6 LICENCIATURAS ESPECÍFICAS PARA INDÍGENAS

- O tema foi abordado primeiramente por um representante da Universidade Estadual de Londrina, que tem experiência com licenciaturas específicas para indígenas há 10 anos. Ele corroborou o que já tinha sido levantado, sobre a falta de espaços para trocas de experiências e consequente não reconhecimento delas. Nesse sentido, o Seminário foi muito proveitoso. O maior desafio tem sido a permanência dos estudantes indígenas na universidade. Sugeriu-se propor ao MEC e ao governo federal uma agenda nacional de ensino superior voltada aos povos indígenas, pensando, por exemplo, em sua articulação com territórios etnoeducacionais, com políticas de iniciação científica e intercâmbios. Também se faz necessário pensar em espaços de gestão, nesse processo, para os indígenas.
- Os representantes do INSIKIRAN, da Universidade Federal de Roraima, com uma década de experiência, comentaram da necessidade de se definir marcos para essas iniciativas que surgiram recentemente em outros lugares. (1) É fundamental trabalhar com a ideia de controle social, o que implica, além de garantir as pesquisas nas comunidades, levantar as demandas locais e ter seus resultados e atividades avaliados em assembleia. No controle social, devem estar acadêmicos e demais pessoas da comunidade envolvidas/interessadas no processo. (2) Há necessidade de se pensar espaços para publicação e divulgação de resultados. É importante que as próprias comunidades tenham o retorno das pesquisas, e as tecnologias de informação podem ser uma ferramenta valiosa se usadas com essa finalidade. Na opinião dos professores indígenas presentes, a comunidade é quem deve decidir sobre a publicação ou não dos resultados de pesquisa para um público amplo.

7 INDÍGENAS EM CURSOS UNIVERSITÁRIOS

- Uma das iniciativas elogiadas foi a Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, que ofertou boa parte de suas vagas para estudantes indígenas. Aqueles que terminam a graduação, muitas vezes, têm interesse em continuar se especializando, mas a oferta de vagas para indígenas na pós-graduação ainda é pequena.
- Nos cursos de graduação, o grande dilema é ter que reproduzir os conhecimentos acadêmicos e generalistas em detrimento dos saberes tradicionais.

8 MOVIMENTO INDÍGENA

- A representante indígena no MEC chamou atenção dos participantes para a necessidade de fortalecer o movimento indígena, para que as questões de interesse comum possam ser discutidas e defendidas.
- Em outro momento, destacou-se o papel político dos acadêmicos, enquanto pesquisadores engajados nas problemáticas de suas comunidades, ou ainda, na busca de aliados no mundo acadêmico.

9 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO

- Constatou-se que, no Brasil, as políticas de educação não têm direcionado recursos para a permanência dos indígenas na universidade. Muitos recursos que apoiam a formação universitária dos indígenas provêm de agências internacionais, como a Fundação Ford.
- Também, as agências governamentais de fomento à pesquisa, até o momento, não contemplam os acadêmicos indígenas em seus editais.
- Devem ganhar destaque, nessas políticas, as tecnologias de informação e comunicação.
- Um representante do Peru relatou os avanços alcançados em seu país: (1) criou-se um fundo nacional para educação superior para povos indígenas; (2) as bolsas de estudo são administradas pelas universidades em cogestão com as associações indígenas; (3) conseguem promover intercâmbio de estudantes com recursos de países aliados e do UNICEF.
- Ao final, a coordenação do Projeto Rede de Saberes destacou algumas prioridades para a continuidade das reflexões desse Seminário: (1) ampliar e aprofundar as discussões e o diálogo sobre o papel dos conhecimentos tradicionais na formação profissional dos acadêmicos indígenas; (2) a necessidade de avançar e ampliar o diálogo e as articulações entre os acadê-

micos indígenas de outras regiões do país, tendo em vista, em especial, os entendimentos com o MEC em busca de políticas públicas de permanência e, também, de um programa de apoio ao retorno pós-conclusão dos cursos; (3) buscar com a CAPES e CNPq um programa de bolsas que permita ampliar o número de acadêmicos indígenas em cursos de pós-graduação.

Recebido em 26 de agosto de 2011

Aprovado para publicação em 2 de setembro de 2011